

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
RONDÔNIA- CAMPUS JI-PARANÁ
SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO COMERCIAL**

ANTÔNIA ÉRICA PEREIRA SOUZA

**A GERAÇÃO DE RENDA EM COMUNIDADES MARGINALIZADAS ATRAVÉS DA
EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA**

**JI-PARANÁ
2025**

ANTÔNIA ÉRICA PEREIRA SOUZA

**A GERAÇÃO DE RENDA EM COMUNIDADES MARGINALIZADAS ATRAVÉS DA
EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA**

Trabalho apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia Campus Ji-Paraná, como requisito para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Comercial.
Orientadora Prof. Dra. Ilma Rodrigues de Souza Fausto.

**JI- PARANÁ,
2025**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Souza, Antônia Érica Pereira.

A geração de renda em comunidades marginalizadas através da educação empreendedora / Antônia Érica Pereira Souza. - Ji-Paraná, 2025.

25 f.

Orientador(a): Prof^º. Dra. Ilma Rodrigues de Souza Fausto.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em Gestão Comercial) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Ji-Paraná, 2025.

1. Educação empreendedora. 2. Geração de renda. 3. Inclusão social. 4. Comunidades vulneráveis. I. Fausto, Ilma Rodrigues de Souza (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Cleuza Diogo Antunes, CRB-11/864

ANTÔNIA ÉRICA PEREIRA SOUZA**A GERAÇÃO DE RENDA EM COMUNIDADES MARGINALIZADAS ATRAVÉS DA
EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA**

Trabalho apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia Campus Ji-Paraná, como requisito para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Comercial
Orientador: Prof. Dra. Ilma Rodrigues de Souza Fausto.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aprovado em: XX de XXXXX de 201X.

Banca Examinadora

(Nome do orientador, sua titulação e Instituição a que pertence).

(nome, titulação e instituição a que pertence).

(nome, titulação e instituição a que pertence).

A GERAÇÃO DE RENDA EM COMUNIDADES MARGINALIZADAS ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

RESUMO: Este trabalho investiga a educação empreendedora como estratégia para geração de renda e inclusão social em comunidades marginalizadas. Por meio de pesquisa bibliográfica qualitativa, analisou-se como essa abordagem pode promover autonomia econômica e transformação social. Foram revisadas teorias de autores como Dolabela (2003), Dornelas (2018) e Gibb (2002), além de experiências práticas como o programa “Empreender para Transformar” (SEBRAE/ES, 2023) e a iniciativa “Cozinha Solidária” (MTST, 2021; MDS, 2025). Identificou-se que tais projetos impactaram diretamente a geração de renda e autoestima de mulheres e jovens em situação de vulnerabilidade, com destaque para a criação de microempreendimentos e fortalecimento do capital social. A análise revelou que, quando articulada com políticas públicas e instituições locais, a educação empreendedora contribui significativamente para a redução das desigualdades sociais e econômicas.

Palavras-chave: Educação empreendedora. Geração de renda. Inclusão social. Comunidades vulneráveis.

INCOME GENERATION IN MARGINALIZED COMMUNITIES THROUGH ENTREPRENEURSHIP EDUCATION

ABSTRACT: This study investigates entrepreneurial education as a strategy for income generation and social inclusion in marginalized communities. Through qualitative bibliographic research, it analyzes how this approach fosters economic autonomy and social transformation. Theoretical frameworks by Dolabela (2003), Dornelas (2018), and Gibb (2002) were reviewed, along with practical experiences such as the “Empreender para Transformar” program (SEBRAE/ES, 2023) and the “Cozinha Solidária” initiative (MTST, 2021; MDS, 2025). The analysis found that these projects directly impacted income generation and self-esteem among women and youth in vulnerable situations, leading to the creation of microenterprises and strengthening of social capital. The findings suggest that when integrated with public policies and local institutions, entrepreneurial education significantly contributes to reducing social and economic inequalities.

Keywords: Entrepreneurial education. Income generation. Social inclusion. Vulnerable communities.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar, por meio de pesquisa bibliográfica, como a educação empreendedora pode contribuir para a geração de renda em

comunidades marginalizadas no Brasil, no período compreendido entre 2003 e 2025. A investigação concentra-se em experiências brasileiras que articulam educação e empreendedorismo como estratégias de inclusão produtiva e transformação social.

A pergunta de pesquisa que orienta este estudo é: “De que forma a educação empreendedora pode contribuir para a geração de renda em comunidades marginalizadas no Brasil?”

A partir da revisão de literatura, busca-se compreender como o empreendedorismo educacional tem sido abordado como ferramenta de inclusão social e econômica, especialmente em contextos de vulnerabilidade. O estudo visa identificar como a educação empreendedora pode auxiliar na superação de dificuldades socioeconômicas, promovendo o desenvolvimento local e a autonomia dos indivíduos.

A contextualização do problema parte da análise dos desafios enfrentados por moradores de comunidades vulneráveis, como o desemprego estrutural, a baixa escolaridade e a desigualdade de oportunidades, que limitam a autonomia econômica dessas populações (IPEA, 2019; ONU-Habitat, 2020). No Brasil, a estratificação social é frequentemente medida pela renda familiar, conforme dados da PNAD Contínua (IBGE, 2019), sendo agravada pela pandemia de COVID-19.

Essas desigualdades se manifestam em diversas esferas, como o acesso precário à saúde, à educação de qualidade e ao crédito, dificultando a inserção no mercado de trabalho formal. Nesse cenário, o empreendedorismo, aliado à educação, surge como alternativa viável para a inclusão produtiva e a melhoria das condições de vida (DORNELAS, 2018; SEBRAE, 2021).

Dornelas (2018) destaca que o empreendedorismo, quando articulado com processos educativos, pode funcionar como um mecanismo transformador, promovendo o desenvolvimento de competências, o estímulo à criatividade e a construção de alternativas de subsistência. O SEBRAE (2021) reforça que a

educação empreendedora, ao ser adaptada à realidade local, contribui para o empoderamento dos sujeitos e a geração de renda sustentável.

Diante disso, a justificativa deste estudo fundamenta-se na necessidade de investigar estratégias que promovam a inclusão produtiva e o fortalecimento da autonomia econômica de populações historicamente excluídas (IPEA, 2019; ONU-Habitat, 2020).

Assim, os objetivos desta pesquisa são: Analisar, por meio de pesquisa bibliográfica, como a educação empreendedora pode contribuir para a geração de renda em comunidades em situação de vulnerabilidade social.

Objetivos específicos: Levantar e revisar teorias e conceitos relacionados à educação empreendedora; identificar duas experiências de educação empreendedora voltadas a populações em situação de vulnerabilidade social e econômica no Brasil; Avaliar, a partir da literatura, os impactos positivos da educação empreendedora na autonomia e geração de renda nessas comunidades.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Conceitos de Educação Empreendedora

A educação empreendedora tem se consolidado como uma abordagem pedagógica estratégica para o desenvolvimento de competências que vão além da criação de negócios. Ela visa formar sujeitos autônomos, críticos e capazes de transformar suas realidades sociais e econômicas. Dornelas (2018) define a educação empreendedora como um processo que busca desenvolver nos indivíduos habilidades, atitudes e conhecimentos voltados à iniciativa, inovação, criatividade, autonomia e solução de problemas, capacitando-os a identificar oportunidades e transformar ideias em ações concretas, seja na criação de novos negócios ou na promoção de mudanças em seu contexto social.

Dolabela (2003) complementa essa visão ao afirmar que a educação empreendedora ultrapassa os limites da formação empresarial tradicional, pois contribui para a formação de sujeitos protagonistas, capazes de agir com responsabilidade social e visão crítica. Essa perspectiva amplia o papel da educação empreendedora, inserindo-a no campo da transformação social e da cidadania ativa.

O SEBRAE (2013) reforça essa abordagem ao destacar que a educação empreendedora deve ser compreendida como um processo contínuo de aprendizagem, que estimula o protagonismo juvenil, a criatividade e a capacidade de resolver problemas reais. Para a instituição, o empreendedorismo não deve ser visto apenas como uma alternativa de geração de renda, mas como uma ferramenta de empoderamento e inclusão social.

Nesse contexto, é essencial compreender quem é o empreendedor. Dornelas (2005) define o empreendedor como aquele que “cria algo novo, organiza e gerencia, assumindo os riscos e colhendo os frutos”. Essa definição, embora clássica, é ampliada quando se considera o empreendedorismo social, que busca não apenas o lucro, mas também o impacto positivo na comunidade.

Autores internacionais também contribuem significativamente para o entendimento da educação empreendedora. Gibb (2002), por exemplo, argumenta que o ensino do empreendedorismo deve ser centrado no desenvolvimento de comportamentos e atitudes empreendedoras, e não apenas em conteúdos técnicos. Para ele, a educação empreendedora deve ser experiencial, baseada em problemas reais e voltada à ação, promovendo a capacidade de lidar com a incerteza, tomar decisões e aprender com os erros.

Outro autor de destaque é Muhammad Yunus, ganhador do Prêmio Nobel da Paz e criador do conceito de microcrédito. Yunus (2008) defende que o empreendedorismo pode ser uma ferramenta poderosa de combate à pobreza, especialmente quando aliado a políticas de microfinanciamento e educação. Para ele, o empreendedorismo social é capaz de transformar comunidades inteiras, promovendo inclusão produtiva e autonomia econômica. Sua experiência com o

Grameen Bank, em Bangladesh, demonstra que pessoas em situação de vulnerabilidade, quando apoiadas com crédito acessível e formação adequada, são plenamente capazes de empreender e melhorar suas condições de vida.

Além das competências técnicas e comportamentais, a educação empreendedora também está relacionada ao fortalecimento do capital social. Segundo Souza e Silva (2020), o capital social refere-se às redes de confiança, solidariedade e cooperação que existem dentro de uma comunidade. A educação empreendedora, ao promover o trabalho em equipe, a colaboração e o engajamento comunitário, contribui para o fortalecimento dessas redes, criando um ambiente mais propício ao desenvolvimento local.

O empoderamento comunitário também é um conceito central nesse debate. De acordo com Silva e Figueiredo (2018), a educação empreendedora, quando aplicada em contextos de vulnerabilidade social, pode promover o empoderamento dos indivíduos e das comunidades, permitindo que eles se tornem agentes ativos de sua própria transformação. Isso ocorre porque o processo educativo empreende não apenas no sentido econômico, mas também no simbólico, ao resgatar a autoestima, a confiança e o senso de pertencimento dos participantes.

O SEBRAE (2016) e Dolabela (2003) destacam os principais princípios da educação empreendedora, que incluem:

- Autonomia e protagonismo: o estudante é visto como sujeito ativo de sua aprendizagem, capaz de tomar decisões e buscar soluções;
- Criatividade e inovação: estimula-se o pensamento criativo e a capacidade de reinventar práticas e soluções;
- Aprendizagem significativa: os conteúdos são contextualizados com a realidade do aluno, promovendo engajamento e compreensão mais profunda;
- Trabalho em equipe e cooperação: desenvolve-se a habilidade de trabalhar em grupo, negociar e compartilhar ideias;

- Resolução de problemas: o foco está em propor soluções para desafios reais do cotidiano pessoal ou comunitário;
- Planejamento e responsabilidade: o aluno aprende a planejar metas, analisar riscos e ser responsável por suas decisões.

Esses princípios são fundamentais para a formação de sujeitos empreendedores capazes de atuar em contextos adversos. A educação empreendedora, nesse sentido, não se limita à criação de empresas, mas se configura como um instrumento de transformação social, especialmente em comunidades vulneráveis.

A literatura também aponta que a educação empreendedora pode ser implementada em diferentes níveis e espaços educativos. Segundo Souza e Silva (2020), programas de empreendedorismo social, oficinas de economia solidária e projetos integradores desenvolvidos em universidades e escolas públicas são exemplos de iniciativas que permitem aos alunos desenvolver soluções para os próprios problemas enfrentados, promovendo a autonomia financeira e o empoderamento social.

Além disso, a promoção do empreendedorismo nos espaços educacionais não deve se restringir à lógica mercadológica. Ao contrário, ela deve ser aliada à formação cidadã, que permita ao aluno compreender os desafios sociais e desenvolver projetos com impacto positivo em sua comunidade. Assim, a escola se torna um espaço de articulação entre conhecimento e ação, preparando sujeitos críticos e proativos (SOUZA e SILVA, 2020).

A educação empreendedora também deve considerar as especificidades culturais, sociais e econômicas dos territórios onde é aplicada. Como destaca o SEBRAE (2020), os projetos voltados ao empreendedorismo em comunidades carentes devem ser adaptados ao contexto local, considerando a vivência dos sujeitos e oferecendo ferramentas adequadas à sua realidade. Isso inclui desde a linguagem utilizada nas formações até os exemplos práticos e os modelos de negócio propostos.

Por fim, é importante destacar que a educação empreendedora, quando bem estruturada e articulada com políticas públicas, pode contribuir significativamente para a redução das desigualdades sociais. Ela oferece não apenas capacitação técnica e habilidades de gestão, mas também desenvolve valores de autoestima, autoconfiança, liderança e autonomia, fundamentais para a transformação de realidades vulneráveis (DORNELAS, 2018; SEBRAE, 2021).

2.2 A Educação Empreendedora como Inclusão Social

A educação empreendedora tem se consolidado como uma estratégia eficaz de inclusão social, especialmente em contextos marcados por desigualdades econômicas, sociais e educacionais. Em comunidades onde o acesso a oportunidades formais de trabalho é limitado, essa abordagem surge como uma alternativa viável para promover autonomia econômica, empoderamento e transformação da realidade local (SEBRAE, 2016; SILVA e FIGUEIREDO, 2018).

De acordo com o SEBRAE (2016), a educação empreendedora, quando inserida no ambiente escolar, pode funcionar como uma ponte entre o conhecimento teórico e a vivência prática dos alunos. Essa conexão é particularmente relevante para jovens em situação de vulnerabilidade social, que enfrentam barreiras estruturais para acessar o mercado de trabalho formal. Ao desenvolver competências como criatividade, resolução de problemas, planejamento e trabalho em equipe, os estudantes são preparados para criar alternativas de geração de renda sustentáveis e adaptadas à sua realidade.

Nesse sentido, a educação empreendedora não deve ser compreendida apenas como uma ferramenta voltada à criação de negócios, mas como um processo formativo que estimula o protagonismo juvenil e a cidadania ativa. Programas de empreendedorismo social, oficinas de economia solidária e projetos integradores desenvolvidos em universidades e escolas públicas têm demonstrado potencial para transformar a realidade de comunidades vulneráveis, ao permitir que os participantes desenvolvam soluções para os próprios desafios enfrentados no cotidiano.

Souza e Silva (2020) destacam que a promoção do empreendedorismo nos espaços educacionais deve ir além da lógica mercadológica. A educação empreendedora precisa estar aliada à formação cidadã, permitindo que os alunos compreendam os problemas sociais que os cercam e desenvolvam projetos com impacto positivo em suas comunidades. Dessa forma, a escola se torna um espaço de articulação entre conhecimento e ação, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, criativos e comprometidos com a transformação social.

Além disso, a educação empreendedora contribui para o fortalecimento do capital social das comunidades. O capital social, entendido como o conjunto de relações de confiança, cooperação e solidariedade entre os membros de um grupo, é fundamental para o desenvolvimento local. Ao estimular o trabalho coletivo, a troca de experiências e o apoio mútuo, a educação empreendedora fortalece os laços comunitários e amplia as redes de apoio, criando um ambiente mais propício à inovação e à sustentabilidade dos empreendimentos (SOUZA e SILVA, 2020).

Outro aspecto relevante é o empoderamento comunitário, que se refere à capacidade das pessoas de exercerem controle sobre suas próprias vidas e sobre os processos que afetam suas comunidades. A educação empreendedora, ao promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, contribui diretamente para esse empoderamento, permitindo que indivíduos historicamente marginalizados se tornem protagonistas de sua própria trajetória.

Portanto, acredita-se que a educação empreendedora, quando bem estruturada e contextualizada, pode desempenhar um papel central na redução das desigualdades sociais. Ao ampliar as possibilidades de participação dos sujeitos como cidadãos ativos e produtivos, ela se torna uma ferramenta poderosa de inclusão social e de construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

3 EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

3.1 O Programa: Empreender para Transformar

O Programa Plural: Empreender para Transformar, lançado pelo SEBRAE do Espírito Santo por meio do Edital nº 001/2023, representa uma iniciativa concreta de educação empreendedora voltada à transformação social em comunidades vulneráveis. A proposta é direcionada a instituições que atuam em territórios de baixa renda, com o objetivo de fomentar o empreendedorismo como ferramenta de inclusão produtiva, geração de renda e fortalecimento da autonomia dos participantes.

O programa oferece uma trilha formativa composta por cursos de Gestão Administrativa e Financeira, Marketing Digital e Presença Online, e Planejamento de Negócios com foco na formalização de Microempreendedores Individuais (MEIs). Esses conteúdos são estruturados para atender às necessidades reais dos participantes, que em sua maioria são jovens e adultos desempregados ou subempregados, residentes em comunidades periféricas do Estado do Espírito Santo.

A proposta pedagógica do programa está centrada no desenvolvimento de competências empreendedoras, como autonomia, protagonismo, pensamento crítico e capacidade de resolução de problemas. Esses elementos estão alinhados aos princípios da educação empreendedora descritos por Dolabela (2003) e SEBRAE (2016), que defendem uma formação voltada à ação, à criatividade e à transformação da realidade local. Dornelas (2018) também reforça que o empreendedorismo, quando bem articulado com processos educativos, pode ser um instrumento de emancipação econômica e social.

O diferencial do programa está na sua abordagem contextualizada. Os participantes são incentivados a desenvolver soluções empreendedoras a partir de suas vivências e dos desafios enfrentados em suas comunidades. Essa metodologia

está em consonância com a perspectiva de Gibb (2002), que defende uma educação empreendedora experiencial, baseada em problemas reais e voltada à ação prática.

Além da formação técnica, o programa promove o fortalecimento do capital social das comunidades atendidas. Ao estimular o trabalho em rede, a cooperação entre os participantes e o apoio mútuo, o programa contribui para a construção de vínculos de confiança e solidariedade, elementos essenciais para o desenvolvimento local sustentável (SOUZA e SILVA, 2020). O capital social, nesse contexto, torna-se um recurso estratégico para a consolidação de empreendimentos coletivos e para a superação de barreiras estruturais.

Outro aspecto relevante é o empoderamento comunitário promovido pela iniciativa. Ao oferecer ferramentas para que os participantes possam planejar, executar e gerir seus próprios negócios, o programa contribui para o fortalecimento da autoestima, da autoconfiança e da capacidade de tomada de decisão. Segundo Silva e Figueiredo (2018), esse tipo de empoderamento é fundamental para que indivíduos em situação de vulnerabilidade possam se tornar protagonistas de suas trajetórias e agentes de transformação em seus territórios.

O impacto esperado do programa vai além da geração de renda individual. A meta é formar centenas de empreendedores e fomentar a criação de microempresas em setores como alimentação, moda, serviços e tecnologia. Essas iniciativas, ao movimentarem a economia local, geram empregos diretos e indiretos, promovem a valorização pessoal dos participantes e fortalecem o senso de pertencimento comunitário.

Em síntese, o Programa *Empreender para Transformar* exemplifica como a educação empreendedora, quando bem estruturada e articulada com políticas públicas e instituições locais, pode ser uma poderosa ferramenta de inclusão social e desenvolvimento territorial. Ele demonstra que é possível transformar realidades por meio da formação empreendedora, desde que esta esteja alinhada às necessidades, potencialidades e contextos das populações atendidas.

3.2 A Iniciativa: Cozinha Solidária

A iniciativa Cozinha Solidária representa uma experiência concreta de educação empreendedora com foco na inclusão social e no empoderamento de mulheres em situação de vulnerabilidade. O projeto tem como público-alvo mães solo, vítimas de violência doméstica e moradoras de comunidades periféricas, que enfrentam múltiplas barreiras de acesso ao mercado de trabalho e à autonomia financeira.

A proposta pedagógica da Cozinha Solidária vai além da simples capacitação técnica. As oficinas práticas oferecidas abordam desde técnicas básicas e avançadas de culinária até temas como higiene e manipulação de alimentos, gestão de pequenos negócios gastronômicos e formalização de empreendimentos para acesso a mercados locais. Essa abordagem integrada permite que as participantes desenvolvam competências empreendedoras alinhadas à sua realidade, promovendo não apenas geração de renda, mas também autoestima, autonomia e pertencimento.

Segundo o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST, 2021), o projeto foi implementado em diversas regiões do Brasil, como Sol Nascente (DF), Perus (SP), Teresina (PI) e Manaus (AM), por meio de parcerias com organizações da sociedade civil, empresas privadas e órgãos governamentais. Em cada localidade, as ações são adaptadas às necessidades específicas da comunidade, respeitando suas particularidades culturais e socioeconômicas.

Em Teresina, por exemplo, a parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e organizações não governamentais resultou na criação de cozinhas públicas voltadas à segurança alimentar, inclusão social e combate à fome, conforme previsto na Lei nº 14.628/2023 (MDS, 2025). Já em Manaus, a atuação conjunta da Gastromotiva, Sodexo e Coca-Cola Brasil oferece cursos de capacitação em gastronomia e empreendedorismo, com foco especial no empoderamento feminino (GASTROMOTIVA, 2024).

Mais do que ensinar receitas, a Cozinha Solidária promove o fortalecimento do capital social das comunidades atendidas. Ao incentivar o trabalho coletivo, a troca de experiências e a solidariedade entre as participantes, o projeto contribui para a construção de redes de apoio e confiança mútua, essenciais para a sustentabilidade dos empreendimentos e para o desenvolvimento local (SOUZA e SILVA, 2020).

Além disso, o projeto atua diretamente no empoderamento comunitário, ao oferecer ferramentas para que as mulheres possam exercer maior controle sobre suas vidas e sobre os processos que afetam suas comunidades. Como destacam Silva e Figueiredo (2018), o empoderamento é um elemento central para a superação das desigualdades sociais, pois permite que os sujeitos deixem de ser apenas beneficiários de políticas públicas e passem a ser protagonistas de sua própria transformação.

Os impactos da Cozinha Solidária são perceptíveis tanto no plano econômico quanto no plano subjetivo. Relatos das participantes indicam melhorias significativas na autoestima, na confiança em suas capacidades e no reconhecimento social, com muitas delas se tornando referências positivas em seus territórios. A criação de pequenos empreendimentos alimentícios, como marmitas, bolos caseiros e confeitarias artesanais, tem gerado renda e ampliado as possibilidades de inserção produtiva dessas mulheres.

A seguir, apresenta-se um quadro 1 com os locais de desenvolvimento do projeto e as instituições responsáveis:

Quadro 1 -Locais de desenvolvimento do projeto Cozinha Solidária e suas instituições responsáveis

Localização	Instituição Responsável	Descrição das Ações
Sol Nascente (DF); Perus (SP)	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)	Refeições gratuitas, formação social, apoio jurídico e rodas de conversa.

Localização	Instituição Responsável	Descrição das Ações
Teresina (PI)	Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) + ONGs	Cozinhas públicas para segurança alimentar e inclusão social (Lei 14.628/2023).
Manaus (AM)	Gastromotiva + Sodexo + Coca-Cola Brasil	Cursos de gastronomia e empreendedorismo para mulheres em situação de vulnerabilidade.

Fonte: Elaborado pela autora com base em MTST (2021), MDS (2025) e Gastromotiva (2024).

4 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa e de caráter bibliográfico, cujo objetivo é compreender, a partir da análise de literatura especializada, como a educação empreendedora pode contribuir para a geração de renda e a inclusão social em comunidades em situação de vulnerabilidade ou marginalização. A escolha por uma abordagem qualitativa justifica-se pela intenção de interpretar, descrever e compreender fenômenos sociais complexos, como o impacto da educação empreendedora em contextos de exclusão.

A metodologia adotada segue os parâmetros da pesquisa bibliográfica conforme definidos por Gil (2008), que a conceitua como um estudo desenvolvido com base em material já publicado, principalmente livros, artigos científicos e documentos institucionais. Essa abordagem permite a sistematização do conhecimento existente sobre o tema, bem como a identificação de lacunas e oportunidades para aprofundamento teórico e prático.

Para a construção do referencial teórico e da análise das experiências, foram selecionados e analisados 32 documentos, entre artigos científicos, relatórios institucionais, livros e publicações técnicas. As fontes foram obtidas por meio de buscas em bases acadêmicas como Google Acadêmico, Scielo, repositórios universitários e publicações do SEBRAE, com recorte temporal entre os anos

de 2003 e 2025. Esse intervalo foi escolhido por abranger duas décadas de políticas públicas e iniciativas voltadas ao empreendedorismo social no Brasil, incluindo o período pós-pandemia de COVID-19, que intensificou os debates sobre inclusão produtiva.

Os critérios de inclusão adotados para a seleção dos materiais foram:

- Publicações com foco em educação empreendedora aplicada a contextos de vulnerabilidade social;
- Estudos de caso sobre projetos de empreendedorismo em comunidades de baixa renda;
- Trabalhos que abordam o papel da educação na promoção da autonomia econômica e do empoderamento comunitário;
- Documentos institucionais de organizações reconhecidas, como SEBRAE, ONU-Habitat, IPEA e MDS.

Por outro lado, os critérios de exclusão envolveram:

- Publicações com foco exclusivo em grandes empresas ou startups de base tecnológica, sem recorte social;
- Estudos que abordam o empreendedorismo apenas sob a ótica da competitividade mercadológica, sem considerar aspectos sociais ou educacionais;
- Trabalhos duplicados ou com dados desatualizados, especialmente anteriores a 2003.

A análise dos conteúdos selecionados foi realizada por meio de uma abordagem temática, conforme proposta por Bardin (2011), que consiste na identificação, categorização e interpretação de temas recorrentes nos textos

analisados. Essa técnica permitiu organizar o material em três grandes eixos de análise:

1. **Fundamentos teóricos da educação empreendedora** – com base em autores como Dolabela (2003), Dornelas (2018), Gibb (2002) e SEBRAE (2013, 2016, 2020);
2. **Educação empreendedora como estratégia de inclusão social** – com foco em conceitos como empoderamento, capital social e protagonismo comunitário;
3. **Estudos de caso e experiências práticas** – análise de duas iniciativas brasileiras: o programa “Empreender para Transformar” (SEBRAE/ES, 2023) e o projeto “Cozinha Solidária” (MTST, 2021; MDS, 2025; Gastromotiva, 2024).

Essas categorias foram definidas a partir da leitura flutuante e da codificação inicial dos textos, permitindo uma compreensão mais aprofundada das contribuições da educação empreendedora para a transformação social. A análise temática também possibilitou identificar padrões, desafios e impactos relatados nas experiências estudadas, o que enriqueceu a discussão dos resultados.

Além disso, buscou-se garantir a triangulação das fontes, confrontando dados de diferentes autores e instituições para assegurar maior confiabilidade às interpretações. A diversidade de materiais analisados – incluindo literatura acadêmica, documentos técnicos e relatos institucionais – contribuiu para uma visão mais ampla e crítica do fenômeno investigado.

Por fim, vale destacar que, embora a pesquisa não tenha realizado coleta de dados empíricos por meio de entrevistas ou questionários, a profundidade da análise bibliográfica permitiu identificar elementos relevantes para futuras investigações de campo. A metodologia adotada, portanto, cumpre o papel de fundamentar teoricamente a discussão sobre a educação empreendedora como instrumento de

inclusão social e geração de renda, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e práticas pedagógicas mais eficazes.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Considerando que esta pesquisa é de natureza qualitativa e bibliográfica, não foram coletados dados empíricos por meio de pesquisa de campo. No entanto, a análise da literatura permitiu identificar padrões, desafios e impactos relacionados à aplicação da educação empreendedora em comunidades marginalizadas.

A partir da análise dos documentos selecionados, observou-se que a educação empreendedora tem sido implementada como estratégia de inclusão social em diferentes contextos, com destaque para iniciativas como o programa “Empreender para Transformar” (SEBRAE/ES, 2023) e o projeto “Cozinha Solidária” (MTST, 2021; MDS, 2025; Gastromotiva, 2024). Ambas as experiências demonstram que, quando bem estruturadas, essas ações contribuem para a geração de renda, o fortalecimento da autoestima e o empoderamento comunitário.

A seguir, apresenta-se o quadro 2, uma comparativa entre os dois projetos analisados:

Quadro 2 - Comparativa entre os dois projetos analisados:

PROJETO	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS	DESAFIOS	IMPACTOS
Empreender para transformar	Jovens e adultos desempregados de baixa renda (ES)	Formação de empreendedores e criação de microempresas	Necessidade de apoio contínuo e adaptação ao contexto local	Geração de renda, valorização pessoal e fortalecimento da economia local
Cozinha Solidária	Mulheres em situação de	Capacitação em	Dependência de parcerias	Empoderamento feminino,

PROJETO	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS	DESAFIOS	IMPACTOS
	vulnerabilidade social	gastronomia e criação de negócios alimentícios	e financiamento externo	fortalecimento comunitário e segurança alimentar

Fonte do autor

Ambas as iniciativas apresentam resultados positivos, mas também enfrentam limitações. O programa “Empreender para Transformar” depende de apoio institucional contínuo para garantir a sustentabilidade dos negócios criados. Já a “Cozinha Solidária” enfrenta desafios relacionados à manutenção de parcerias e financiamento externo, o que pode comprometer sua continuidade a longo prazo.

Essas limitações evidenciam a importância de políticas públicas estruturadas que garantam suporte técnico, financeiro e institucional às iniciativas de educação empreendedora. Nesse sentido, a Política Nacional de Promoção da Igualdade Social (PNPS) pode ser um instrumento estratégico para integrar ações como essas em programas governamentais permanentes, promovendo a inclusão produtiva e a redução das desigualdades.

Além disso, os achados da pesquisa reforçam a necessidade de ampliar a presença da educação empreendedora no sistema educacional formal, especialmente no ensino médio e na educação de jovens e adultos. A articulação entre escola, poder público e organizações sociais é fundamental para que a educação empreendedora cumpra seu papel transformador.

Autores como Dolabela (2003) e Dornelas (2018) destacam que o desenvolvimento de competências empreendedoras promove não apenas a geração de renda, mas também o fortalecimento da autonomia individual e coletiva. Em comunidades marginalizadas, onde há escassez de oportunidades formais de trabalho e desvalorização profissional, o empreendedorismo pode ser uma

alternativa viável para a superação da exclusão social, desde que acompanhado de processos educativos adequados à realidade local (SEBRAE, 2020).

A literatura também aponta que a formação empreendedora ainda é pouco desenvolvida nas escolas públicas, sendo mais comum em cursos de curta duração oferecidos por organizações não governamentais. Isso reforça a urgência de políticas públicas que institucionalizem a educação empreendedora como parte do currículo escolar, com metodologias participativas e contextualizadas.

Portanto, conclui-se que a educação empreendedora, quando aplicada com metodologias adequadas e apoio institucional, pode ser uma poderosa ferramenta de intervenção social, promovendo autonomia, geração de renda e fortalecimento do capital social em comunidades marginalizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a educação empreendedora como uma estratégia eficaz para promover a inclusão social e a geração de renda em comunidades de baixa renda, carentes ou marginalizadas. A partir da análise bibliográfica realizada, foi possível constatar que iniciativas voltadas ao desenvolvimento de competências empreendedoras contribuem significativamente para o fortalecimento da autonomia dos indivíduos, despertando neles a capacidade de enfrentar desafios socioeconômicos e criar oportunidades de transformação em seus próprios contextos.

Verificou-se que, quando integrada ao contexto local e às vivências dos participantes, a educação empreendedora ultrapassa a lógica puramente mercadológica, tornando-se um instrumento de empoderamento social. Essa abordagem permite que indivíduos historicamente excluídos do mercado formal desenvolvam habilidades, fortaleçam sua autoestima e construam alternativas sustentáveis de geração de renda. No entanto, os resultados também apontaram a importância de atrelar a educação empreendedora a políticas públicas que garantam

sua inserção efetiva tanto no sistema educacional quanto em espaços comunitários, especialmente em regiões com populações mais vulneráveis.

A análise das experiências do programa Empreender para Transformar e da iniciativa Cozinha Solidária evidenciou que, quando bem estruturadas e apoiadas institucionalmente, as ações de educação empreendedora podem gerar impactos positivos concretos, como a criação de microempreendimentos, o fortalecimento do capital social e o empoderamento de grupos historicamente marginalizados, como mulheres e jovens desempregados. A articulação entre escola, poder público e organizações sociais mostrou-se fundamental para o sucesso dessas ações, reforçando a necessidade de parcerias intersetoriais para a sustentabilidade das iniciativas.

Apesar das contribuições relevantes, este estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas. A principal delas é a ausência de dados empíricos, uma vez que a pesquisa foi exclusivamente bibliográfica. Isso significa que os resultados e conclusões foram baseados em análises teóricas e documentais, sem a aplicação de instrumentos de coleta de dados primários, como entrevistas ou questionários. Além disso, o estudo concentrou-se majoritariamente em literatura nacional, o que pode ter limitado a comparação com experiências internacionais mais amplas, como as desenvolvidas por Yunus (2008) no campo do microcrédito e do empreendedorismo social.

Diante dessas limitações, propõe-se a continuidade da pesquisa por meio de abordagens empíricas e metodologias mistas. Algumas sugestões incluem:

Aplicação de questionários e entrevistas com participantes de projetos de educação empreendedora em comunidades locais, a fim de compreender suas percepções, desafios e resultados concretos;

Estudo de caso aprofundado no município de Ji-Paraná (RO), com foco em iniciativas locais de empreendedorismo social e sua articulação com instituições de ensino e políticas públicas;

Parcerias com incubadoras sociais e universidades, visando o acompanhamento de empreendimentos nascentes e a avaliação de impacto das ações formativas ao longo do tempo.

Essas propostas visam ampliar a compreensão sobre os efeitos da educação empreendedora em diferentes contextos e contribuir para o aprimoramento de políticas públicas voltadas à inclusão produtiva. Além disso, reforçam a importância de uma abordagem territorializada, que considere as especificidades culturais, econômicas e sociais de cada comunidade.

A pesquisa reforça que a educação empreendedora, quando bem orientada, contextualizada e apoiada por políticas públicas consistentes, pode ser uma poderosa aliada na luta contra a desigualdade e a exclusão social. Ela oferece caminhos concretos para a emancipação econômica e a melhoria das condições de vida de populações historicamente desfavorecidas no Brasil, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e sustentável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS. O Programa Cozinha Solidária amplia a segurança alimentar no Brasil. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mds>. Acesso em: 15 jun. 2025.

DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa. São Paulo: Cultura e Editores Associados, 2003.

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

GASTROMOTIVA. Cozinha Solidária: sabores que transformam vidas em Manaus. Manaus, 2024. Disponível em: <https://www.gastromotiva.org>. Acesso em: 15 jun. 2025.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 21 mai. 2025.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO – MTST. Cozinhas Solidárias: alimentação, solidariedade e luta por direitos. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://mtst.org.br>. Acesso em: 1 jun. 2025.

ONU-HABITAT. Relatório sobre as condições de moradia em áreas urbanas marginalizadas. Nairobi: UN-Habitat, 2020.

SEBRAE. Educação empreendedora: guia para implantação do ensino fundamental. Brasília, DF: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2013.

SEBRAE. Educação empreendedora: guia do professor. Brasília: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2016.

SEBRAE. Empreendedorismo como estratégia de transformação social: desafios e oportunidades. Brasília: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2020. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 01 jun. 2025.

SEBRAE. Empreendedorismo nas periferias: potencial e desafios. Brasília: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2021. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 21 mai. 2025.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE/ES. Edital nº 001/2023 – Programa Empreender para Transformar. Vitória: Sebrae/ES, 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/ES/Conte%20C3%BAAdos/Edital%20Empreender%20para%20Transformar.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2025.

SILVA, Adriana A.; FIGUEIREDO, Renata M. Educação empreendedora e inclusão social: uma alternativa para comunidades vulneráveis. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v. 39, n. 144, p. 1-20, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/>. Acesso em: 1 jun. 2025.

SOUZA, M. A.; SILVA, T. C. Educação empreendedora e empoderamento juvenil em comunidades de baixa renda. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v. 41, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/>. Acesso em: 01 jun. 2025.